

Notícia anterior

Próxima notícia

22 mar 2017 | O Globo

# Gilmar: vazamento é 'eufemismo' para crime

NO ATAQUE Para ministro, quebra de sigilo é 'forma de chantagem'

-BRASÍLIA-

raliza-  
reciso  
le cri-  
rá cui-  
tia, ou  
cio de  
  
eita no  
gunda  
nsável  
  
ções



AILTON FREITAS

**Gilmar. Críticas a informações com "propósito destrutivo"**

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusou a Procuradoria-Geral da República (PGR) de fornecer à imprensa de forma indevida informações de processos sigilosos, como as investigações das Operações Lava-Jato e Carne Fraca. Segundo ele, a prática deve ser investigada como crime de violação de sigilo funcional. Gilmar ponderou que, como o crime teria sido cometido pelo Ministério Público, talvez não haja investigação. Para o ministro, os vazamentos desmoralizam o STF.

— Quando praticado por funcionário público, vazamento é eufemismo para um crime que os procuradores certamente não desconhecem. A violação do sigilo está no artigo 325 do Código Penal. Mais grave é que a notícia dá conta dessa prática dentro da estrutura da PGR. Isso é constrangedor — disse o ministro.

Gilmar ressaltou a importância de haver investigação sobre supostos vazamentos:

— Se determinados documentos estão sob sigilo e se se inicia o vazamento sistêmico, como aqui está noticiado, trata-se de desmoralização desta Corte. Não preciso lembrar que se trata de crime, que certamente será cuidado pela Procuradoria, ou não, por se tratar de vício de caráter corporativo.

A manifestação foi feita no início da sessão da Segunda Turma do STF, responsável por julgar os processos da Operação Lava-Jato. Para Gilmar, a divulgação indevida de conteúdo sigiloso tem o objetivo de destruir a vida de políticos escolhidos por investigadores.

— Mas é claro que isso tem um propósito destrutivo, como acabam de fazer com o ministro da Justiça, ao dizer que ele deu um telefonema para uma autoridade envolvida nesses escândalos. É uma forma de chantagem implícita, ou explícita. É uma desmoralização da autoridade pública — declarou, numa referência à Operação Carne Fraca.

A citação ao ministro Osmar Serraglio veio a público com a divulgação do despacho do juiz federal que cuidou da operação, quando o processo não estava mais em sigilo. O ministro Dias Toffoli também condenou atuação da PF no caso da carne:

— Se todos comêssemos carne podre, não estaríamos na sessão, estaríamos no hospital com algum tipo de infecção.

A subprocuradora da República, Ela Wiecko, que estava na sessão, defendeu a PGR dizendo que a imprensa não tinha responsabilidade ao divulgar informações sigilosas. Gilmar rebateu:

— A mídia não estaria divulgando esses nomes se não tivessem sido fornecidos. Não vou acreditar que a mídia teve acesso aos nomes em uma sessão espírita.

Procurada, a PGR não se manifestou.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)